

Por uma Geografia Nova, 30 anos: uma abordagem geográfica para a teoria social crítica.

Rubens de Toledo Junior

A Geografia Humana deve trabalhar apoiando-se sobre uma base territorial. Em todos os lugares onde vive o homem, seu modo de existência implica uma relação necessária entre ele e o substrato territorial. É precisamente a consideração deste laço territorial que diferencia a Geografia Humana da Sociologia. Os sociólogos têm tendência a perceber apenas os aspectos psicológicos dos agrupamentos humanos, a esquecer as relações dos homens com a terra, a tratar do homem como se ele estivesse desligado da superfície terrestre.

Albert Demangeon

Neste momento em que se comemoram os 30 anos da publicação do livro “Por Uma Geografia Nova” de Milton Santos, marco da Geografia Crítica brasileira, nos propomos a falar sobre esta obra, focalizando três de seus aspectos: o contexto de sua publicação; contribuições para o pensamento geográfico; e sua assimilação pela Geografia brasileira.

Em nosso entendimento, este conjunto de reflexões se faz necessária pois foram contribuições de grande importância para a consolidação de um corpo teórico da geografia crítica. Entretanto, por diversas razões, o avanço teórico presente nesta obra permanece sem receber a devida importância e, com certa frequência, é ignorado.

Por Uma Geografia nova nos traz a base do que podemos chamar de pensamento miltoniano. Trata-se de uma obra abrangente que procurou dar resposta a questões que permaneceram pendentes durante a maior parte do século XX.

Embora o pensamento de Milton Santos nas publicações da década de 1990 e do início da década atual tenha caminhado rumo a uma teoria mais bem elaborada, mais refinada acerca do espaço geográfico, os fundamentos de seu pensamento certamente estão em Por Uma Geografia Nova, que consegue resolver o problema da inserção da Geografia no conjunto das ciências sociais quando define seu objeto e a coloca no mesmo nível que as demais ciências sociais. Temos também uma definição clara do objeto da disciplina, bem como dos limites e possibilidades da interdisciplinaridade. Esta obra não se perde numa discussão da Geografia em si mesma, nem sobre

qual seria o papel da disciplina.

A preocupação central foi a definição do objeto da Geografia, e o conteúdo do livro se desdobra em discussões sobre esse objeto. É somente a partir desse tipo de clareza que Milton Santos entende ser possível o diálogo da Geografia com as demais ciências.

Uma Geografia nova para interpretar um novo meio geográfico.

Milton Santos considera a década de 1970 considera como o marco do advento do período técnico-científico-informacional. Este novo período histórico, caracterizado por mudanças técnicas, principalmente nas telecomunicações, expansão das infra-estruturas de transporte, acompanhada por novas formas de gestão e planejamento por parte das grandes empresas.

Durante o século XX, as mudanças técnicas e sociais ocorreram com grande intensidade, e as novas realidades sociais que surgem vão recebendo diversas interpretações por parte da Geografia, disciplina que também se modifica e cria novas formas de abordagem, através de perspectivas teóricas diversas que foram sendo incorporadas à disciplina. No final do século XX, passamos a viver um período em que estas mudanças são amplificadas, em que ocorre um enorme aumento na intensidade e velocidade no acontecer das relações, e que nos fizeram assistir ao surgimento de um novo período histórico, o período técnico-científico-informacional, ou Globalização.

Nesta época ocorreram grandes mudanças no funcionamento do capitalismo, bem como evoluções técnicas que tornaram possível o aumento do intercâmbio entre lugares, países e regiões. O grau de tecnificação do território passa por um aumento exponencial. Estas mudanças técnicas, em conjunto com as mudanças econômicas, sociais e políticas têm sua expressão espacial na forma do meio técnico-científico-informacional.

Falamos de um período em que as diferenciações e desigualdades espaciais têm uma importância central para a definição das estratégias por parte do capital, que se concretizam através do uso das inovações técnicas, particularmente das redes.

Como consequência da necessidade de se interpretar esse novo momento, diversas ciências sociais passam a se preocupar com o espaço e a incorporá-lo em suas teorias. Para explicar o mundo contemporâneo foi necessária uma reformulação conceitual da Geografia, que acabou por incorporar um novo corpo conceitual, uma nova abordagem em que a teoria crítica, dialética e marxista passou a ser imprescindível para uma interpretação do novo meio geográfico que então surgia.

Entretanto, a incorporação da teoria crítica ao pensamento geográfico não se deu sem problemas, pois muitas vezes acabou ocorrendo a absorção de idéias e conceitos de áreas como a Sociologia, a

Economia, a Filosofia, sem se tomar o devido cuidado de se levar em conta que se tratam de noções vindas de áreas diferentes do conhecimento, que possuem métodos e conceitos particulares.

Portanto, as preocupações das diversas ciências sociais com o espaço, suas metodologias e formas de abordagem se contextualizam dentro do conjunto de preocupações de cada uma destas áreas.

Quando cientistas sociais não geógrafos se referem ao espaço social não estão trabalhando com a idéia de espaço geográfico, pois a compreensão de questões relacionadas ao espaço possui, na concepção destes cientistas, somente um papel secundário na explicação dos objetos de estudo dessas diversas ciências. Na Geografia, ao contrário, historicamente a preocupação tem sido a de explicar o espaço geográfico. Assim, é comum algo que parece óbvio não ser levado em conta: se referir ao espaço social não é sinônimo de fazer Geografia, da mesma forma que se referir ao tempo não é fazer História, e assim sucessivamente, para outras áreas do conhecimento.

O resultado é que, formulações teóricas que poderiam ser contribuições próprias da Geografia para a análise social acabam por ser abortadas, substituídas pela assimilação fácil daquilo que já foi produzido por outras ciências sociais. A falta de preocupação com o rigor teórico e com as metodologias particulares da disciplina acabou por colaborar para que o discurso de muitos geógrafos permanecesse centrado na capacidade da Geografia de importar, organizar e inter-relacionar os instrumentais teóricos de outras disciplinas, numa aparente tentativa de suprir a ausência de discussão sobre o objeto da disciplina e a construção de seu próprio referencial teórico. Ganham força as proposições de que a Geografia seria uma ciência de síntese e portadora de um caráter interdisciplinar superior ao das demais ciências.

Parcela significativa da produção geográfica acabou abandonando a tradição da disciplina em tratar temas que no final do século XX se tornaram fundamentais para a compreensão do funcionamento do capitalismo contemporâneo. A tradicional preocupação com meio geográfico, com as técnicas que vinha desde os estudos sobre a formação da região paisagem, ou do gênero de vida, os estudos da geografia da circulação, ou mesmo as mais recentes preocupações com as telecomunicações foram freqüentemente ignoradas, trocadas por um discurso pretensamente crítico mas estéril, por ser incapaz de dar uma interpretação geográfica para as estratégias atuais do capital.

Heranças do passado e questões não resolvidas

Permanecem como heranças históricas da Geografia a discussão acerca de sua fragilidade teórica, a fuga da discussão sobre o objeto da disciplina, onde geógrafos ainda se detem na discussão sobre a própria Geografia, relegando a discussão de seu objeto, quando esta ocorre, a um segundo plano.

Permanece ainda a fé em seu caráter interdisciplinar superior e na idéia de que a geografia poderia

fazer uma síntese do conhecimento das demais ciências.

Entre estas permanências, destacamos dois problemas que, embora tenham recebido uma proposta de resolução bastante consistente no livro *Por uma Geografia Nova*, de 1978, continuam tendo uma sobrevida que pode ser constatada facilmente quando participamos ou consultamos anais de grandes eventos acadêmicos da Geografia brasileira, ou mesmo cotidianamente, em conversas com alunos ou discussões em sala de aula. São estas, primeiramente, as crenças em que a Geografia seria uma ciência de síntese e, em segundo lugar, como decorrência desta interpretação, a idéia de que a Geografia possuía um caráter interdisciplinar superior ao de outras disciplinas acadêmicas. Entendemos que estas concepções são fruto da antiga idéia de que a geografia se encarregaria de estudar inter-relações de fenômenos de natureza diversa e, para entender tais fenômenos, faria uso de instrumentais teóricos de diversas outras ciências.

Para Milton Santos, a idéia de que a geografia seria uma da ciência de síntese, onde, na articulação do conhecimento das diversas disciplinas científicas o seria uma espécie de “maestro” ou “chefe de orquestra”, que se encarregaria de reger a orquestra formada pelas outras áreas do conhecimento humano, em que seus especialistas desempenhariam o papel de “músicos”. O autor vê nesta abordagem como problemática pois, entre outros motivos, enfatiza uma discussão da Geografia em si mesma, e não do objeto da disciplina, além de permanecer alheia aos conhecimentos, práticas e teorias geográficas que foram produzidas por diversas gerações de geógrafos.

Vidal de La Blache entendia que a geografia é o estudo dos lugares. A esta noção, Rui Moreira (2008, p. 68) acrescenta que o modo de vida é “uma forma de estruturar sua existência que o homem realiza através de seu gênero de vida, gênero que varia de acordo com a criatividade do homem com relação ao meio”, onde a técnica tem um papel central pois, “o gênero de vida depende da técnica e do quadro de intercâmbios do homem entre si e com o meio” (Moreira, 2008, p. 68). Esta preocupação com o meio, com a constituição dos gêneros de vida através da mediação da técnica permanece presente nos desdobramentos da obra vidalina, em autores como Max Sorre ou Jean Brunhes, entre outros. É importante salientar que, nesses autores, a preocupação quanto ao objeto de estudo se mantém na interpretação dos lugares, das paisagens, das regiões, logo do espaço geográfico. O estudo da inter-relação entre fatores podia aparecer enquanto instrumento de trabalho, mas não como objeto ou função da disciplina. O mesmo raciocínio vale para Richard Hartshorne, geógrafo americano que, com seu método regional, cria uma nova escola de pensamento na geografia.

Na década de 1930, Richard Hartshorne, apesar de ter afirmado que a “geografia deveria ser definida antes pelo método próprio e particular de aproximação do que em termos de seu objeto” (Hartshorne, 1939, Apud. Santos, 1986, Pág. 119) entendia que a geografia deveria ser definida

como o estudo da diferenciação de áreas¹. Assim, “diferenciação de áreas passa a se considerar o resultado do método geográfico e, simultaneamente, o objeto da geografia” (Corrêa, 1990, p. 15). Com o advento da geografia teórica, o estudo de inter-relações volta a ganhar importância, ao mesmo tempo em que a preocupação com o objeto da disciplina e sua constituição ao longo do tempo acaba se perdendo. Acreditava-se que a geografia quantitativa seria ao mesmo tempo um paradigma (locacional) e um método, indissociáveis entre si. O resultado acabou por ser uma obsessão com a quantificação e uma confusão entre método quantitativo e análise espacial, que chegaram a ser pensados como se fossem sinônimos. H. Brooksfeld (apud Santos, 1986, p. 50), afirma que “inúmeros dentre os melhores trabalhos derivados da aplicação das matemáticas à análise das distribuições nada mais são que um refinamento e uma sofisticação da descrição gráfica mais simples”.

A diminuição da preocupação com o objeto da Geografia a partir de meados do século XX irá aparecer até mesmo na obra de geógrafos como Pierre George que, em 1970, publicou o livro *Os Métodos da Geografia*, onde nos apresenta a Geografia como “uma ciência de síntese na encruzilhada dos métodos de diversas ciências” (George, 1978, p. 07), esta “ciência de relações, implica um processo de pensamento específico, que parte da descrição para chegar à explicação, em três termos principais: observação analítica, detecção das correlações, fusca das relações de causalidade” (p. 07 e 08). George afirma ainda que “a unidade da geografia não pode ser metodológica: a pesquisa geográfica recorre sucessiva ou simultaneamente aos métodos de cada uma das ciências de que se vale para chegar ao conhecimento analítico dos dados incluídos nas combinações que constituem o objeto de seus estudos fragmentários ou globais” (p. 08 e 09).

A preocupação com estudos de inter-relação entre fenômenos, a nosso ver a semente de uma noção equivocada de interdisciplinaridade e da atribuição à geografia do papel de ciência de síntese, já ve, da pré-história da Geografia e ganha força quando é buscada sua individualização como ciência, quando

“os geógrafos tiveram a pretensão de que ela fosse, antes de tudo, uma ciência de síntese, insto é, capaz de interpretar os fenômenos que ocorrem sobre a face da terra, com a ajuda de um instrumental proveniente de uma multiplicidade de ramos do saber científico tanto no âmbito das disciplinas naturais e exatas, quanto no das disciplinas sociais e humanas” (Santos, 1986:97).

Também se acreditava que a Geografia seria a única ciência capaz de realizar esta síntese. Milton Santos entende que se tratava, de fato, de uma mania de grandeza que não se justifica, uma pretensão insuportável, pois a Geografia jamais desenvolveu o instrumental teórico necessário para

1 Hartshorne (1978, p. 22) apresentou restrições à expressão “diferenciação de áreas”, pois “Sejam ou não válidas as objeções ao termo, tudo parece evidenciar que a expressão, por si mesma, é inadequada. E ainda, ela denota mais do que é necessário. Efetivamente, se examinarmos as definições de outras ciências, podemos concluir, por analogia, ser supérfluo afirmar que a Geografia estuda 'diferenças' Todas as ciências consistem no estudo de diferenças. No caso contrário, pouco estudo seria necessário”.

realizar a síntese, e porque seria uma tolice reservar esse papel para uma só disciplina. Apesar de tanta pretensão, o que vimos foi o isolamento da Geografia frente a outras ciências, particularmente das ciências sociais.

“Com a geografia, além do mais, estamos diante de um paradoxo que, ao mesmo tempo, é uma ironia. Na verdade essa ciência de síntese é, seguramente, aquela que, na sua realização cotidiana, mantém menos relações com outras disciplinas. Tal isolacionismo é mesmo responsável pelas dificuldades que ela encontra para evoluir. Essa falha já havia sido observada por Ackermann (1963 p. 431-432), para quem somente alguns geógrafos ultrapassaram penosamente o nível das generalidades mais banais acerca da universalidade do método científico. Esse nível de generalização paralisou o desenvolvimento da ciência e impediu a busca de uma verdadeira teoria e de uma verdadeira metodologia geográfica” (Santos, 1986:98-99).

Ao contrário do que normalmente se diz a respeito da Geografia, temos, no livro *Por Uma Geografia Nova*, sobre o que concretamente foi a interdisciplinaridade para a Geografia, pois

“A geografia padece, mais do que as outras disciplinas, de uma interdisciplinaridade pobre e isso está ligado de um lado à natureza diversa e múltipla dos fenômenos com que trabalha o geógrafo e de outro lado, a própria formação universitária do geógrafo (...) Na realidade, ainda está para ser analisada mais profundamente a coerência de uma autêntica preocupação interdisciplinária entre os geógrafos, potencialmente agravada pelo fato de todos, ou quase todos, estarem absolutamente certos de que trabalham de forma interdisciplinar. Como na realidade isso não se passa, a geografia não se beneficia dessa forma de enriquecimento” (Santos, 1986:100-101).

Milton Santos ainda discorre sobre as diversas tentativas, na Geografia, de se criar uma interdisciplinaridade, sobre o papel da interdisciplinaridade e conclui que a contribuição da Geografia nessa construção deve se dar a partir de uma contribuição própria, uma contribuição disciplinar da Geografia, e não no papel de ciência de síntese ou articuladora da interdisciplinaridade, que é algo que a Geografia nunca foi, e nunca buscou desenvolver um instrumental para que isso se efetivasse.

Espaço como Instância Social e outras contribuições para o arcabouço teórico da geografia.

Uma contribuição disciplinar só pode acontecer a partir da existência da clareza quanto ao objeto da disciplina, e das possibilidades da contribuição da própria Geografia ao conhecimento das diversas

disciplinas.

Em *Por Uma Geografia Nova*, temos uma bem acabada proposta nesse sentido. Na verdade uma proposta que já vinha sendo construída pelo menos desde o início da década de 1970, e que continua a ser aperfeiçoada e reelaborada nas décadas seguintes.

A partir do início dos anos 1970 ocorreu uma aproximação entre a geografia e o marxismo ocidental. Com essa aproximação, o espaço começa a assumir um papel fundamental na teoria social.

“a própria sobrevivência do capitalismo, afirmou Lefebvre, estava baseada na criação de uma espacialidade cada vez mais abrangente, instrumental, e também socialmente mistificada, escondida da visão crítica sob véus espessos de ilusão e ideologia. O que distinguia o gratuito véu espacial do capitalismo das espacialidades de outros modos de produção eram sua produção e reprodução peculiares de um desenvolvimento geograficamente desigual, através de tendências simultâneas para a homogeneização, a fragmentação e a hierarquização... “esse espaço conflitivo dialetizado é onde se realiza a reprodução, introduzido nela suas contradições múltiplas² - contradições que deveriam ser analítica e dialeticamente 'reveladas', para nos permitir ver o que se esconde por trás do véu espacial” (Soja, 1993:65).

Entre geógrafos e outros pensadores sociais houve uma certa hesitação em admitir que espaço desempenha um papel central na explicação da sociedade. David Harvey e Manuel Castells, apesar de reconhecerem a contribuição de Lefebvre, no início da década de 1970, insinuaram que este tinha ido longe demais, elevando a “problemática espacial urbana a uma posição intoleravelmente central e aparentemente autônoma” (Soja, 1993:97). Também de acordo com Edward Soja, a partir desses anos 70, até meados da próxima década, ocorrem diversos avanços e recuos nas obras dos geógrafos, no que se refere à importância dada ao espaço para a elaboração da teoria social crítica. Castells promove duas mudanças em aspectos essenciais de suas posições no início da década de 1970. “A primeira vem de um abrandamento de sua postura contra Henri Lefebvre e de uma disposição maior de aceitar a importância de uma problemática assertivamente espacial na interpretação da política e da sociologia urbanas” (Soja, 1993:89). A segunda é que o estudo do consumo coletivo deixa de ter o papel central que possuía em seus primeiros estudos sobre industrialização urbana.

David Harvey, mesmo não concordando com a posição central atribuída por Lefebvre à problemática espacial urbana, e divergindo também da insistência deste autor no papel “decisivo” e “proeminente” das forças estruturais espaciais na sociedade capitalista moderna, não deixou de louvar Lefebvre, e o apresenta à Geografia marxista anglófona. Isto se dá em sua obra *A Justiça Social e a Cidade*, publicada originalmente em 1973, que “foi particularmente norteadora e influente, sobretudo para a geração de jovens geógrafos recentissimamente ensinados por seus professores a prestar muita atenção ao trabalho de Harvey” (Soja, 1993:68). Ainda segundo Soja (1993:83-85), David Harvey, em sua obra *Os Limites do Capital* (primeira edição publicada em

2 Diferenciação de áreas dos fenômenos, expressão utilizada por Harsthorne.

1982), traz como principal inovação teórica à integração da produção do espaço e das configurações espaciais, como elemento ativo, no cerne da teorização marxista³. Esta contribuição será seguida pela maioria dos geógrafos marxistas, dentre os quais Doreen Massey⁴, que dirige suas preocupações para uma análise das particularidades locais das “estruturas espaciais de produção” e Neil Smith (1988), para quem a teoria do desenvolvimento desigual fornece a principal chave para se determinar o que caracteriza a geografia específica do capitalismo, e o espaço geográfico está na ordem do dia, econômica e politicamente, como nunca antes esteve. Porém, “as confissões prefaciadoras de Harvey, Massey e Smith nem sempre são levadas a seu desfecho apropriado nos textos subsequentes, pois todos hesitam em se comprometer muito a fundo com a desconstrução necessariamente transformadora do materialismo histórico e de suas narrativas mestras desespacializantes”. Neste livro de Edward Soja, *Geografias Pós-modernas*, que utilizamos para reconstituir parcela da história da Geografia, existe uma lacuna no que diz respeito à contribuição teórica de Milton Santos. Lacuna injustificável, a nosso ver, haja vista que a produção de Milton Santos daquela época foi traduzida para o Inglês e publicada em expressivos periódicos americanos, a exemplo da revista *Antípode*, onde podemos encontrar muitos de seus artigos.

Em 1977, Milton Santos, já questionava se

“é possível falar em Formação Econômica e Social sem incluir a categoria do espaço. Trata-se de fato de uma categoria de Formação Econômica, Social e Espacial mais do que uma simples Formação Econômica e Social (F.E.S.), tal qual foi interpretada até hoje. Aceitá-la deveria permitir aceitar o erro da interpretação dualista das relações Homem-Natureza. Natureza e Espaço são sinônimos, desde que se considere a Natureza como uma natureza transformada, uma Segunda Natureza, como Marx a chamou” (Santos, 1977:82).

No mesmo artigo, em uma discussão sobre espaço e totalidade social, conclui que

“O espaço reproduz a totalidade social, na medida em que essas transformações são determinadas por necessidades sociais, econômicas e políticas. Assim, o espaço reproduz-se, ele mesmo, no interior da totalidade, quando evolui em função do modo de produção e de seus momentos sucessivos. Mas o espaço influencia também a evolução de outras estruturas e, por isso, torna-se um componente fundamental da totalidade social e de seus movimentos”(p. 91).

No ano seguinte, com a publicação de *Por uma Geografia Nova*, é dado um novo avanço na produção de uma teoria geográfica, incorporando o espaço na análise social crítica, espaço que é

3 Milton Santos já havia proposto no livro *Por Uma Geografia Nova*, em 1978, que o espaço deveria ser considerado como uma instância social, que não depende exclusivamente da estrutura econômica, e que o espaço é uma estrutura ativa (Santos, 1978).

4 Massey, Doreen. *Spatial Divisions of Labour – Social Structures and the Geography of Production*. Londres e Basingstoke: Macmillan, 1984 (citado por Soja, 1993).

considerado como uma instância social. Em Espaço e Método (1985), o espaço também é considerado uma instância da sociedade, “ao mesmo título que a instância econômica e a instância cultural-ideológica. Isso significa que, como instância, ele contém e é contido pelas demais instâncias, assim como cada uma dessas o contém e é por ele contida” (p.01).

“Por suas qualidades funcionais, o espaço, como qualquer outra estrutura social, (ou nível da sociedade, se se prefere dizer assim) é, por sua estrutura mais que por sua forma, um reflexo da sociedade global, seu dinamismo sendo consequência da cisão da sociedade global e sua consequente distribuição sobre o território. Nesse caso também o espaço seria considerado como um fato social, pois se impõe a toda gente. Mas, se considerarmos o espaço por suas qualidades sistêmicas, ele ganha novos atributos, como a capacidade de condicionar, até certo ponto de forma determinante (uma determinação condicionada, todavia) a evolução das outras estruturas sociais” (1978:144).

Ainda em Por Uma Geografia Nova, o espaço como uma estrutura da sociedade, ao mesmo título que as demais, é defendida em uma crítica à postura de Manuel Castells, que considerava o espaço uma estrutura subordinada. Milton Santos argumenta que “o melhor é guardar no espírito o fato de que nenhuma relação dialética pode excluir da ação um dos seus componentes. Desse modo nos recusamos a imaginar que possa haver estruturas cujo movimento subordinado seria devido exclusivamente às determinações econômicas” (p. 147). Mais adiante, acrescenta a idéia de inércia dinâmica, embrião da noção de rugosidade. “Se o espaço organizado é também uma forma, um resultado objetivo da interação de múltiplas variáveis através da história, sua inércia é, pode-se dizer, dinâmica. Por *inércia dinâmica* queremos significar que as formas são tanto um resultado como uma condição para os processos. A estrutura espacial não é passiva mas ativa, embora sua autonomia seja relativa. Como acontece às demais estruturas sociais” (p. 148).

A essência do espaço é social, e este não é apenas formado pelas coisas, os objetos geográficos, naturais e artificiais, cujo conjunto nos dá a Natureza, é tudo isso, mais a sociedade (1985:01).

“o espaço deve ser considerado como uma totalidade, ... considerá-lo assim é uma regra de método cuja prática exige que se encontre, paralelamente, através da análise, a possibilidade de dividi-lo em partes. Ora, a análise é uma forma de fragmentação do todo que permite, ao seu término, a reconstituição desse todo. ... Os elementos do espaço seriam os seguintes: os homens, as firmas, as instituições, o chamado meio ecológico e as infra-estruturas. ... Ao mesmo tempo que os elementos do espaço se tornam mais intercambiáveis, as relações entre eles se tornam também mais íntimas e muito mais extensas. Dessa maneira, a noção de espaço como uma totalidade se impõe de maneira mais evidente, porque mais

presente: e pelo fato de resultar mais intrincada, torna-se mais exigente de análise” (p. 5 a 7).

A sociedade não pode operar fora do espaço; para o estudar, temos que levar em conta sua relação com a sociedade, “pois é esta que dita a compreensão dos efeitos dos processos (tempo e mudança) e especifica as noções de forma, função estrutura, elementos fundamentais para a compreensão do espaço” (1985:49).

A forma é o aspecto visível da coisa, a função, sugere uma tarefa ou atividade esperada de uma forma, pessoa, instituição ou coisa, é a atividade elementar de que a forma se reveste. A estrutura implica a inter-relação de todas as partes de um todo, ao passo que o processo pode ser definido como uma ação contínua, desenvolvendo-se em direção a um resultado qualquer, implicando conceitos de tempo (continuidade) e mudança (1985:50 e 51).

No final do século vinte, considerar o espaço para o entendimento das relações sociais é uma postura que ganha grande importância, o espaço geográfico passa a se situar na ordem do dia e “A idéia do 'pivô geográfico da História' assume um significado mais moderno e mais profundo do que Mackinder⁵ poderia ter imaginado” (Smith, 1988). Infelizmente, uma importância que nem sempre é levada em conta internamente à Geografia.

Como já foi falado, nas últimas décadas a teoria miltoniana se tornou mais complexa, mais ampla e bem fundamentada, além de ter acompanhado as mudanças pelas quais o mundo passou nesse período. Como parte dessa evolução da teoria, destacamos que o espaço geográfico passou a ser definido como um conjunto indissociável de sistemas de objetos e de sistemas de ação. Um conjunto indissociável de sistemas porque o que interessa é o território usado, sinônimo de espaço geográfico. Conseqüentemente, o estudo do espaço geográfico só pode ocorrer através do estudo de seu uso.

Entretanto, o que queremos chamar atenção, é que questões teóricas da Geografia que já receberam uma proposta de solução consistente à 30 anos permanecem vivas no discurso da Geografia brasileira, embora nenhuma crítica tenha sido feita às formulações de Milton Santos, e ninguém tenha feito uma proposta clara de retorno ao passado. As críticas feitas por Milton Santos à definição da Geografia como ciência de síntese, ou à pretensa interdisciplinaridade sem disciplinaridade desta disciplina permanecem ignoradas por parcela significativa da Geografia brasileira, que ainda parece tentada por aquele delírio, denunciado por Lucien Febvre em 1922, de que a Geografia comportaria todos os conhecimentos humanos. Na medida em que a preocupação com a posição da Geografia frente às demais ciências sociais, ou quanto ao objeto da disciplina permanecem ignoradas, caímos naquela velha idéia segundo a qual tudo seria Geografia, e ao velho

5 Mackinder, H. J. The Geographical Pivot of History, *Geographical Journal*, 23:421-37, 1904 (citado por Neil Smith, 1988).

questionamento: A Geografia o que é? O que estuda?

O problema parece ser um pouco maior que uma simples discordância com o pensamento de Milton Santos.

Bibliografia.

CORREA, R.L. **Região e organização espacial**. São Paulo:Editora Ática, 1990.

DEMANGEON, A. **Problèmes de géographie humaine**. Tradução de Jaci Silva Fonseca. Paris: Librairie Armand Colin, 1952. Disponível em <file:http://sites.uol.br/ivairr/demageon.htm.>. Acesso em: 10/06/2008.

FEBVRE, L. **La terre et l'évolution humaine**. Paris:Éditions Albin Michel, 1970.

GEORGE, P. **Os métodos da Geografia**. São Paulo:Difel, 1978

HARVEY, D. **A justiça social e a cidade**. São Paulo: Hucitec, 1980.

HARVEY, D. **Los límites del capitalismo y la teoría marxista**. México: Fondo de Cultura Económica, 1990.

HARSTHORNE, R. **Propósitos e Natureza da Geografia**. São Paulo: Hucitec, 1978.

LA BLACHE, P. V. **Principes de géographie humaine**. Paris: Librairie Armand Colin, 1955.

LA BLACHE, P. V. Quadro da Geografia da França. **GEOgraphia** – Rio de Janeiro:UFF, Ano. 1 – No 1 – 1999. pp. 141-144.

MOREIRA, R. **O pensamento geográfico brasileiro: as matrizes clássicas originárias**. São Paulo:Contexto, 2008.

SANTOS, M. Sociedade e Espaço: A formação Social Como Teoria e Como Método, In. **Boletim Paulista de Geografia**, 54:81-100, São Paulo:Associação dos Geógrafos Brasileiros, 1977.

SANTOS, M. **Espaço e método**. São Paulo: Hucitec, 1985.

SANTOS, M. **Por Uma Geografia Nova**. São Paulo: Hucitec, 1988.

SANTOS, M. **Metamorfoses do espaço habitado**. São Paulo: Hucitec, 1986.

SANTOS, M. **Técnica, Espaço Tempo**. São Paulo: Hucitec, 1994.

SANTOS, M. **O lugar encontrando o futuro**. Conferência de abertura proferida por ocasião do Encontro Internacional Lugar, Formação Socioespacial, Mundo. São Paulo:Anpege-DG/USP, 1994a.

SANTOS, M. **Razão global, razão local. Os espaços da racionalidade**. Festival de La Géographie, St.-Dié des Vosges, 02 de outubro, 1994b.

SANTOS, M. **A Natureza do Espaço. Técnica e Tempo. Razão e Emoção**. São Paulo: Hucitec, 1996.

SANTOS, Milton e SILVEIRA, Maria Laura, **O Brasil: Território e sociedade no início do século XXI**. Rio de Janeiro:Record, 2001.

SMITH, N. **Desenvolvimento desigual**. Rio de Janeiro: Bertrand Brasil, 1988.

SOJA, E. W. **Geografias Pós-Modernas: a reafirmação do espaço na teoria social**. Rio de Janeiro: Jorge Zahar, 1993.

TOLEDO JUNIOR, R. **O espaço como instância social: a base para uma geografia nova**. In.: CARLOS, A. F. A. Ensaios de geografia contemporânea: Milton Santos, obra revisitada. São Paulo: Hucitec, 1996.

Sobre o autor:

RUBENS DE TOLEDO JUNIOR

Professor Adjunto do Departamento de Geografia, Instituto de Geociências da Universidade Federal da Bahia